

Redação

Exemplar

**Toda ideia
vale a pena**



Tema: O porte de armas no legado brasileiro: negligência ou progresso?

Introdução: A introdução, apesar de possuir a contextualização, ligação entre contexto e tese e apresentação de ponto de vista, não traz a finalização do parágrafo. Isso significa que o texto não irá sugerir, de início, os caminhos seguidos ao longo do processo de escrita. Deve-se, desse modo, apresentar a tese necessária para desenvolver o restante do texto.

Desenvolvimento I: Para o primeiro parágrafo de desenvolvimento, é possível perceber que há a presença de recursos coesivos. No entanto, não há a reflexão sobre o dado trazido, o que o aumento da taxa de homicídios significa para o contexto? Deve-se argumentar sobre o contexto brasileiro e sua relação paradoxal com o porte de armas.

1	As ditaduras classificadas dentro do espectro direita/esquerda toma-
2	ram como ponto de partida o desarmamento da população para a disse-
3	minação do medo: um povo indefeso é mais fácil de ser adestrado. O artigo
4	3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todo cidadão
5	deve ter direito à segurança pessoal. Aliado a isso, o Código Penal Brasileiro
6	reconhece o princípio da legítima defesa, que deixa claro que, se o indivíduo
7	age para se proteger, não há crime. Nesse sentido, deve-se analisar a pro-
8	blemática.
9	Em primeiro lugar, é necessário analisar os índices de violência em
10	relação ao porte de armas. Ainda que o armamento civil seja legal em al-
11	guns países, os números de homicídios em Estados que proíbem o porte só
12	aumentam, como é o caso do Brasil, que em 2016 teve seu maior valor de
13	mortes nos últimos 10 anos, de acordo com o Fórum Nacional de Segurança
14	Pública.
15	Além disso, os EUA registram anualmente sete vezes menos homi-
16	cídios do que o Brasil - lá os americanos podem ter armas. A proibição e
17	não-regulamentação desses instrumentos acarretam outros problemas so-
18	ciais nocivos ao povo brasileiro, mas não evitam que malfeitores continuem a
19	operar ilegalmente armas clandestinas. Então, apesar de a ideia de aumento
20	da violência ser erroneamente vinculada ao porte de armas, é perfeitamente
21	possível diminuir a criminalidade sem restringir a liberdade da população,
22	mas libertando-a dos grilhões de pavor.
23	Portanto, para que o direito individual não seja violado, é impres-
24	cindível que países discutam e repensem as leis armamentistas. Aos gover-
25	nantes, cabe a regulamentação e aprovação dos projetos de lei, bem como
26	o incentivo a campanhas de conscientização em consonância com as forças
27	armadas. O MEC deve reformular os currículos escolares para que contem-
28	plem noções básicas de direito civil, constitucional e penal. Assim, a sociedade
29	do impávido colosso daria um tiro certo rumo à ordem e ao progresso.
30	

Desenvolvimento II: Novamente, há a mesma problemática quanto ao parágrafo de desenvolvimento 2. Como o exemplo registrado nos Estados Unidos reflete na questão brasileira? Deve-se desenvolver mais o exemplo supracitado, de modo a comprovar o ponto de vista favorável ao armamento civil.

Conclusão: Por fim, cabe à proposta de intervenção apresentar o agente, a ação, os meios para realizá-la e sua finalidade. No exemplo acima, não há a demonstração exata da finalidade necessária para comprovar a concretude da solução. Faz-se necessário, assim, complementar essa parte da produção escrita.



Tema: O porte de armas no legado brasileiro: negligência ou progresso?
(posicionamento a favor)

Sugestão de reescrita:

1	Tiro: a arma ou da arma?
2	As ditaduras classificadas dentro do espectro direita/esquerda tomaram como ponto
3	de partida o desarmamento da população para a disseminação do medo: um povo indefeso
4	é mais fácil de ser adestrado. O artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos
5	afirma que todo cidadão deve ter direito à segurança pessoal. Aliado a isso, o Código Penal
6	Brasileiro reconhece o princípio da legítima defesa, que deixa claro que, se o indivíduo age
7	para se proteger, não há crime. Nesse sentido, embora o Estado tenha a responsabilidade
8	de garantir a segurança pública, o direito de autodefesa é natural e inviolável e, por isso, a
9	população deve ser armada.
10	Em primeiro lugar, é necessário analisar os índices de violência em relação ao porte de
11	armas. Ainda que o armamento civil seja legal em alguns países, os números de homicídios em
12	Estados que proíbem o porte só aumentam, como é o caso do Brasil, que em 2016 teve seu
13	maior valor de mortes nos últimos 10 anos, de acordo com o Fórum Nacional de Segurança
14	Pública. Isso é reflexo da desproteção que o cidadão se encontra em situações de instabilidade,
15	quando longe de um objeto balístico.
16	Além disso, os EUA registram anualmente sete vezes menos homicídios do que o Brasil –
17	–lá os americanos podem ter armas. A proibição e não-regulamentação desses instrumentos
18	acarretam outros problemas sociais nocivos ao povo brasileiro, mas não evitam que malfetores
19	continuem a operar ilegalmente armas clandestinas. Sendo assim, as pessoas de bem vivem
20	coagidas, reféns do medo e à deriva nesse mar sanguinolento que é a nossa realidade. Então,
21	apesar de a ideia de aumento da violência ser erroneamente vinculada ao porte de armas,
22	é perfeitamente possível diminuir a criminalidade sem restringir a liberdade da população,
23	mas libertando-a dos grilhões de pavor.
24	Portanto, para que o direito individual não seja violado, é imprescindível que países
25	discutam e repensem as leis armamentistas. Aos governantes, cabe a regulamentação e
26	aprovação dos projetos de lei, bem como o incentivo a campanhas de conscientização em
27	consonância com as forças armadas, a fim de ministrar treinamentos para a utilização
28	adequada e responsável desses letais instrumentos. O MEC deve reformular os currículos
29	escolares para que contemplem noções básicas de direito civil, constitucional e penal. Assim,
30	a sociedade do impávido colosso daria um tiro certo rumo à ordem e ao progresso.



Tema: O porte de armas no legado brasileiro: negligência ou progresso?
(posicionamento contra)

Sugestão de reescrita:

1	Todos os dias, ao acompanharmos as notícias nos jornais, nos deparamos com o fato
2	de que a violência já é parte da nossa rotina. Assaltos, assassinatos, sequestros, tudo isso nos
3	deixa com uma sensação de insegurança permanente, já que as tentativas de diminuir a
4	frequência desses episódios têm sido ineficazes. Esse contexto gera debates sobre o armamento
5	civil, o que diminuiria a falta de segurança e, mais ainda, a sensação de impotência do
6	cidadão. No entanto, esse recurso se mostra eficiente somente na teoria, já que, na prática,
7	não solucionaria o problema, gerando outros, ainda mais preocupantes.
8	É importante, primeiramente, pensar que a questão da violência no Brasil é muito
9	profunda e está calcada em outras questões, como a desigualdade social, o sucateamento da
10	educação pública e o mau tratamento que o tráfico de drogas recebe pelo nosso governo. Isso
11	significa dizer que armar a população não resolve nem um terço do gigante problema que
12	temos em mãos, já que o indivíduo que comete um crime representa somente a ponta de
13	um enorme iceberg. Defender-se de um assalto, por exemplo, não significa, necessariamente,
14	estar seguro, uma vez que a nossa insegurança não é causada por crimes isolados, mas por
15	uma estrutura que os sustenta.
16	Além disso, quando analisamos as possíveis consequências desse recurso, encaramos
17	uma série de problemas que agravariam o estado de violência que estamos vivendo, já que,
18	fatalmente, usaríamos as armas em outros contextos além da defesa pessoal. Nos EUA, por
19	exemplo, onde o porte e compra desses artigos não tem grande restrição, são comuns os casos
20	de assassinatos ou mesmo de chacinas promovidas por civis. Casos como o recente assassinato
21	coletivo na Carolina do Sul, em que nove pessoas negras foram vítimas de racismo, levado às
22	últimas consequências, provam que facilitar o acesso da população não é uma boa alternativa.
23	Fica claro, portanto, que o armamento de civis não deve ser uma opção a ser
24	considerada, já que se mostra um recurso perigoso e nocivo a toda a sociedade, além de não
25	representar uma solução para o problema da violência. Desse modo, cabe a nós, cidadãos,
26	e ao Estado pensar coletivamente nessa solução, buscando resolver a questão desde a raiz,
27	desfazendo sua estrutura por meio da escola, das polícias e das políticas públicas e sociais. Só
28	assim deixaremos de mascarar o problema e passaremos a solucionar.
29	
30	